

## PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010, do Senador Fernando Collor, que *dispõe sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, de bens e serviços necessários às atividades de defesa.*

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

### **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010, que “dispõe sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, de bens e serviços necessários às atividades de defesa”, de autoria do Senador Fernando Collor.

A matéria foi distribuída, em 5 de maio de 2010, às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi distribuída ao saudoso Senador Romeu Tuma, que apresentou relatório pela aprovação da matéria. Coube a mim substituir, no limite da minha capacidade, aquele ardoroso defensor das Forças Armadas do Brasil.

A proposição em tela pretende alterar o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, acrescentando-lhe o § 9º e a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, à qual adiciona o art. 5º-B.

O art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996, determina que os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal

a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do Imposto sobre a Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP.

O § 9º que a presente proposição deseja acrescentar ao art. 64 excetua da incidência na fonte os pagamentos efetuados pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública na aquisição de bens e serviços, especificados em lei, estritamente necessários às atividades de defesa e segurança pública.

A proposição acrescenta, também, ao Capítulo I da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a cobrança não cumulativa do PIS/PASEP, o art. 5º-B, que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de bens e serviços, especificados em lei, estritamente necessários às atividades de defesa e segurança pública, quando adquiridos pelas Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública.

O art. 3º do projeto em tela define os bens e serviços necessários às atividades de defesa, para efeitos do disposto no § 9º do art. 64 da Lei nº 9.430 e do art. 5º-B da Lei nº 10.637. São eles os produtos e serviços usados para a obtenção, fabricação, construção, manutenção e reparação de produtos de defesa; construção e manutenção da infraestrutura de defesa; logística, pesquisa, desenvolvimento e gerenciamento de projetos de interesse das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Pública e, finalmente, para a obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos essenciais para o cumprimento dos objetivos estratégicos para a defesa nacional e para as exigências de mobilização do País.

Segundo dispõe o art. 4º da proposição, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia fiscal e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição, que deverá acompanhar o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação da lei em apreço.

Por derradeiro, o Projeto estipula que os referidos benefícios fiscais só passarão a produzir efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 4º.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, incisos V e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão emitir parecer sobre assuntos afetos às Forças Armadas, como é o caso do projeto sob exame, que define os bens e serviços necessários às atividades de defesa que serão objeto de benefício fiscal.

A proposição atende os requisitos da boa técnica legislativa, à exceção de seu art. 2º, que deveria alterar o art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, ao invés de inserir o art. 5º-B na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Antes, porém, faz-se necessário ajustar a redação da ementa.

A expressão “estritamente necessários”, constante da redação do § 9º que se deseja acrescentar ao art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e também do art. 5º-B, que o projeto em tela pretende agregar à Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, parece-nos de difícil tradução para a realidade objetiva, podendo a sua interpretação levar a alguma insegurança jurídica no momento de se colocar em prática, efetivamente, o benefício.

Ademais, a fim de adequar o texto da proposição ao seu objetivo, bem como às regras do Direito Tributário, faz-se por bem substituir o termo “incidência na fonte”, disposto no § 9º do art. 64 da Lei nº 9.430/1996, pelo termo “retenção na fonte”. Justifica-se pelo motivo de que a incidência é a materialização de fato prevista na lei tributária, ou seja, trata-se da incidência do tributo pela ocorrência do fato gerador, fazendo com que a norma de tributação gere efeitos. Já a retenção na fonte é um desses efeitos da incidência, no que concerne a arrecadação.

No mérito, o projeto de lei em exame tenciona reforçar o capital de giro da indústria nacional de defesa, dispensando os órgãos públicos federais de reter na fonte quatro tributos por ocasião do pagamento.

Também alivia a carga tributária sobre a indústria nacional de defesa, ao reduzir a zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre os bens e serviços adquiridos quase exclusivamente pela União e pelos Estados.

Em nosso entender, as iniciativas contempladas pelo projeto contribuirão para fomentar a base industrial de defesa brasileira e para dinamizar segmento industrial caracterizado por alto grau de necessidades tecnológicas, levando à busca de tecnologia de ponta e à criação de empregos que exigirão alta qualificação.

Por conseguinte, o projeto em tela é vantajoso para o País, por contribuir para a preservação de sua soberania e para a promoção de seu desenvolvimento tecnológico.

### **III – VOTO**

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2010, com as seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº - CRE**

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, para dispor sobre a retenção de tributos federais e a redução a zero da alíquota da COFINS e do PIS/PASEP nas aquisições, pelas Forças Armadas e órgãos de segurança pública, de bens e serviços empregados nas atividades de defesa e segurança pública.” (NR)

#### **EMENDA Nº - CRE**

Substituam-se as expressões “estritamente necessários às” e “necessários às” pela expressão “empregados nas” na redação dada:

a) ao § 9º do art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pelo art. 1º do Projeto;

c) ao art. 3º do Projeto.

### **EMENDA Nº - CRE**

Substituam-se a expressão “incidência na fonte” pela expressão “retenção na fonte” na redação do § 9º do art. 64, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, dada pelo art. 1º do Projeto;

### **EMENDA Nº - CRE**

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

**Art. 2º** O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXI:

“**Art. 28** .....

.....

XXI – bens e serviços, especificados em lei, empregados nas atividades de defesa e segurança pública, quando adquiridos pelas Forças Armadas e Órgãos da Segurança Pública, sem prejuízo do disposto nos incisos XI e XII do *caput* deste artigo.

.....”(NR)

### **EMENDA Nº - CRE**

Substitua-se, no *caput* do art. 3º do Projeto, a expressão “art. 5º-B da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002” por “inciso XXI, do art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator